

Economia solidária como estratégia de desenvolvimento Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile

Keila Lúcio de Carvalho¹

keilalucio@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo:

Este artigo versa sobre a análise de duas importantes referências teóricas para o movimento e para as ações políticas da economia solidária no país, significativas no entendimento da economia solidária como estratégia de desenvolvimento. A primeira diz respeito ao Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, que nos oferece uma leitura da economia solidária a partir da ótica do “desenvolvimento humano”. A segunda concepção analisada neste artigo é a de José Ricardo Tauile, que realizou seus estudos no campo da economia solidária com base nas atuais exigências do “desenvolvimento capitalista”. Pretende-se demonstrar que, ao contrário de se contrastarem, tais concepções integram uma totalidade coerente no campo da economia solidária. Considera-se que a despeito de sua heterogeneidade e contradições, a economia solidária está inscrita em uma lógica de desenvolvimento coerente às condições de dominação econômica e ideológica atuais.

Palavras-chave: Economia solidária, Desenvolvimento, Paul Singer, José Ricardo Tauile.

Abstract:

This article is about the analysis of two important references theoretical for the movement and to the political actions of solidary economy in the country, significant in understanding the solidary economy as a development strategy. The first refers to the National Secretary of Solidary Economy, Paul Singer, which provides us with a reading of the solidary economy from the perspective of the "human development". The second concept discussed in this article is to José Ricardo Tauile, who conducted their studies in the field of solidary economy based on current demands of the "capitalist development". It is intended to demonstrate that, contrary to the views are contrasting; these conceptions are part of a whole consistent on the field of solidarity economy. It is considered that despite their differences and contradictions, the solidary economy is inscribed in the logic of development coherent for the conditions current economic and ideological domination.

Keywords: Solidary Economy, Development, Paul Singer, José Ricardo Tauile.

Área temática: O Serviço Social e o Desenvolvimento

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

A economia solidária se desenvolveu no país a partir da articulação de diversos sujeitos sociais – tradicionalmente relacionados à “esquerda” brasileira – em atividades reunidas no I Fórum Social Mundial (FSM). A partir deste Fórum, foi formado o Grupo de Trabalho de Economia Solidária, que culminou, no III FSM, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A criação do FBES coincidiu, todavia, com o momento da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003. A criação da SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi um marco importante para o movimento. Segundo sítio próprio², “fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva”. Afirmar ainda que a SENAES tem como objetivo de “viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário”³.

Importantes entidades do quadro brasileiro compõem o “Movimento por uma Economia Solidária” no país, dentre elas a Associação Nacional de Trabalhadores em Autogestão (ANTEAG), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil e a Central Única dos Trabalhadores (o Sistema Unisol/CUT), organizações apoiadas pelas Incubadoras Universitárias (Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares e Rede Unitrabalho) e por setores da Igreja (como a Cáritas Brasileira) e experiências que envolvem comércio, consumo e clubes de troca. Como se pode perceber, dada a heterogeneidade dos sujeitos envolvidos, o projeto da economia solidária é caracterizado tanto por teoricamente abranger uma ampla gama de experiências quanto por, na prática, incorporar experiências pontuais pragmáticas, que vão além do leque apresentado em suas concepções, na tentativa de delimitar seu corpo teórico e prático. Ainda assim, o “Movimento por uma Economia Solidária” possui algumas características comuns, que demonstra certa continuidade de pensamento. No país, as iniciativas denominadas economia solidária compreendem:

Os Empreendimentos Econômicos Solidários e suas formas de organização: cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes e cadeias produtivas, complexos cooperativos, centrais de comercialização e outras formas de organização do trabalho; Redes, Fóruns e Coletivos diversos de Economia Solidária, a relação entre empreendimentos, entidades de apoio e poder público; Finanças Solidárias: cooperativas de crédito, micro-crédito, fundos rotativos, bancos comunitários, aval solidário etc.; Comercialização: comércio ético, justo e solidário, feiras, clubes de troca, consumo consciente; as Entidades e organizações da sociedade civil, entidade de fomento e apoio e outras organizações e movimentos sociais (MTE, 2007).

Segundo a base conceitual apresentada pelo MTE (MTE, 2008), a economia solidária se configura como uma resposta dos próprios trabalhadores às transformações atuais do mundo do trabalho. Estas respostas são caracterizadas por iniciativas caracterizadas como

² Informações disponíveis em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>. Acesso em: 12 mar. 2010.

³ Poucos meses após o início do governo Dilma Rousseff (PT), foi encaminhado como iniciativa do próprio governo federal o Projeto de Lei nº 865 de 31 de março de 2011. Esse Projeto altera a Lei nº 10.683/2003 – que criou a SENAES – e dispõe sobre a organização dos Ministérios e, especialmente, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Isso implicaria na extinção da SENAES e, a princípio, transferiria o Conselho Nacional de Economia Solidária para o interior desta nova Secretaria. O lançamento deste PL caiu como um “balde de água fria” no movimento da economia solidária no país. Segundo informações retiradas do sítio do FBES (www.fbes.org.br) a subordinação da economia solidária às políticas das micro e pequenas empresas representa um grande retrocesso político para o movimento da economia solidária. Mas, será que hoje, os empreendimentos solidários já não são tratados a partir dessa mesma lógica? Até o momento de elaboração deste artigo (setembro de 2011), o PL ainda encontra-se em tramitação.

organizações econômicas (organizações coletivas, organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário) e organizações solidárias (empresas de autogestão, associações, cooperativas e grupos informais de pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais e familiares, que realizam em comum a compra de seus insumos, a comercialização de seus produtos ou o processamento dos mesmos) (MTE, 2008). Assim, a ampla abrangência de critérios permite um amálgama de empreendimentos que, em consonância com as diversas qualificações teóricas, configuram um conjunto de práticas heterogêneas no campo da economia solidária.

Segundo o mapeamento da economia solidária, realizado em 2005 e 2007, foram cadastrados quase 22 mil “Empreendimentos Econômicos Solidários”, que envolvem aproximadamente um milhão e setecentos mil trabalhadores. Estima-se ainda que estes indicadores não dêem conta do número real desses empreendimentos, pois afirmam que, por terem mapeado pouco mais da metade dos municípios, o número de empreendimentos estimado seria ainda maior. Então, pelos dados oficiais, pode-se afirmar que quase dois milhões de trabalhadores estão fazendo “acontecer outra economia” no país.

Enquanto política pública, a economia solidária se insere no Ministério do Trabalho e Emprego através do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”. Segundo sítio próprio⁴, a implementação da economia solidária como política pública se insere em um contexto de transformações do mundo do trabalho, “que demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado”. Foi a partir de tais condições que o Governo Federal “assumiu o desafio de implementar políticas que estendam ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam das demais formas de organização do mundo do trabalho entre elas, as iniciativas de economia solidária”. Considera ainda que, “ao constituírem um modo de produção alternativo ao capitalismo, onde os próprios trabalhadores/as assumem coletivamente a gestão de seus empreendimentos econômicos, as iniciativas de economia solidária vêm apontando para soluções mais definitivas à falta de trabalho e renda”.

Ainda segundo a SENAES, a economia solidária deve se configurar como uma *estratégia de desenvolvimento*, alternativo ao modo de produção capitalista. Ainda que seja o resultado – direto e indireto – das conseqüências do capitalismo sobre a situação de desemprego e pobreza dos trabalhadores, a economia solidária deve ser capaz de conviver com o próprio capitalismo e ser uma resposta às suas mazelas. Ou seja, parte-se do princípio de que a economia solidária deve estar pautada em uma nova lógica de desenvolvimento, que seja capaz de combinar o crescimento econômico (a finalidade econômica) com desenvolvimento humano (a partir de um ponto de vista humanista).

Em grande medida, a perspectiva da economia solidária como estratégia de desenvolvimento também está presente nos escritos do professor Paul Singer, principal teórico e militante, além de ser Secretário Nacional de Economia Solidária e no legado do professor José Ricardo Tauile, que nos ofereceu uma leitura igualmente indispensável para a compreensão do significado dessa política nos marcos do capitalismo contemporâneo.

Paul Singer: a economia solidária como estratégia de desenvolvimento *socialista*

A elaboração de Singer sobre a economia solidária teve, como fio condutor, sua preocupação em reconceituar o socialismo (a “revolução social socialista”, nas suas palavras) e reavaliar suas perspectivas e possibilidades (SINGER, 1998). Vê-se que o projeto de

⁴ <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao.htm>. Acesso em 25 mai. 2011.

reconceituação é levado adiante por esse autor até as últimas conseqüências, condizendo com a elaboração de um projeto político calcado nessas novas leituras e compreensões da realidade social. Singer toma emprestadas diversas categorias marxianas para provar que o socialismo deve ser construído ainda sob a hegemonia do capitalismo, como um “modo de produção”, subordinado e integrado à chamada “formação social capitalista”⁵.

O modo de produção cooperativo é o que merece mais atenção em Singer. Esse modo de produção foi desenvolvido pelo movimento operário socialista e deu origem às cooperativas de consumo e de produção, também referidas pelo autor como *implantes coletivistas*, ou seja, construídos nos interstícios da formação social capitalista. Por outro lado, as cooperativas são, para o autor, o exemplo mais controverso de implante socialista. Isso porque, ao mesmo tempo em que não são capazes de se constituírem como forças produtivas, também possuem a capacidade de desalienar produtores e consumidores, através da educação cooperativa.

É devido ao “fracasso de experimentos coletivistas, inspirados em Marx⁶, [que] levam as vítimas da revolução social capitalista de volta ao ponto de partida” (SINGER, 1998, p.109). O ponto de partida para a transformação da sociedade não deveria ser a revolução política, pois esta se trataria de um episódio datado no tempo, de transformação institucional das relações de poder marcado pela violência, que não possuiria mais lugar na história. Pelo contrário, tal transformação deveria partir de uma revolução social socialista, que compreende um conjunto das lutas de cunho reativo empreendidas pelo movimento operário contra os prejuízos da acumulação capitalista.

Segundo Singer (1998), mediante o avanço do modo de produção capitalista, a classe operária, no período entre 1780 até 1880, reagiu em três níveis distintos: em sua luta contra o industrialismo, na luta pela democracia e, finalmente, em seu desenvolvimento de formas próprias de organização social, potencialmente anticapitalistas, como os sindicatos e as cooperativas. Ainda que, segundo Singer, tal processo não tenha como resultado imediato uma revolução social socialista, como é o caso da cooperativa, ainda assim é possível desenvolver formas socialistas de distribuição e de produção, não sendo, para tanto, necessário isolar-se da economia dominante capitalista.

Singer (1998) afirma que foi o socialista inglês Robert Owen o idealizador de um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo, com base em novas forças produtivas e em novas relações sociais capazes de superar a exclusão social e suscitar a repartição igualitária da renda. Quando Singer aponta a necessidade de um retorno ao “ponto de partida”, dado o fracasso dos “experimentos coletivistas inspirados em Marx” (SINGER, 1998, p.109), ele se refere a uma reatualização do legado do socialismo utópico e, mais especificamente, às iniciativas referenciadas em Owen⁷. Assim, o retorno ao ponto de partida compreende o

⁵ Uma formação social é, para Singer, um complexo articulado de diferentes modos de produção. A formação social hegemônica é capitalista porque o modo de produção predominante é capitalista. Mas isso não impede que os outros modos de produção (produção simples de mercadorias, produção de serviços públicos, produção doméstica e produção cooperativa) funcionem cada qual ao seu modo. Isso porque, para Singer, o modo de produção capitalista apresenta brechas para que outras atividades econômicas, ainda que tenham como base princípios totalmente distintos dos capitalistas, tenham espaço para se organizar e se desenvolver no interior da formação social capitalista. Por se constituírem de princípios opostos ao do capitalismo, essas atividades econômicas devem ser consideradas, em seu conjunto, como socialistas. Além disso, esses modos de produção distintos mantêm entre si uma competição necessária, através da esfera do mercado.

⁶ O autor se refere aos países do bloco socialista do leste europeu e à China, Cuba, Coréia do Norte.

⁷ Segundo Singer, o início do movimento cooperativo remonta ao início do século XIX, considerado por ele como a fase do “cooperativismo revolucionário”, cuja principal referência teórica é Robert Owen. Recuperamos o sentido de socialismo utópico atribuído por Bottomore (2001): o enfoque desta vertente estaria baseado na crença de uma “possibilidade de uma transformação social total, que compreendesse a eliminação do individualismo, da competição e da influência da propriedade privada, sem o reconhecimento da necessidade da luta de classes e do papel revolucionário do proletariado na realização dessa transição” (BOTTOMORE, 2001,

ressurgimento do cooperativismo “e do que genericamente se chama ‘economia solidária’ como resposta à crescente exclusão social produzido pelo neoliberalismo” (SINGER, 1998).

Assim, são as contradições do capitalismo que criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. A economia solidária se configura como uma dessas organizações que, segundo Singer, possui um caráter essencialmente anticapitalista. Desse modo, a economia solidária possui suas raízes históricas no século XIX, a partir do advento do cooperativismo – entendido pelo autor como um modo de produção alternativo ao capitalismo.

A partir do desmonte do “Estado de Bem-Estar Social”, tem-se início, segundo Singer, um ressurgimento da economia solidária, não só no Brasil, mas em diversos outros países (SINGER, 2002)⁸. Esse fato se relaciona ao desenvolvimento do fenômeno recente do desemprego em massa – tanto nos países periféricos quanto nos países centrais – como resultado da reestruturação produtiva em fins da década de 1970. Mediante a “flexibilização” dos direitos trabalhistas, redução dos salários e instabilidade dos empregos, Singer afirma que a economia solidária vem crescendo como *alternativa*, recuperando o “valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão⁹ e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p.111).

Singer resgata que a economia solidária surgiu no Brasil em resposta à crise de 1981/83, como resultado do processo falimentar de indústrias em ocasião da crise econômica. Neste processo, foram formadas cooperativas pelos trabalhadores destas indústrias que, na época, obteve grande apoio dos sindicatos. Foi com base nesse desenvolvimento que foi criada a ANTEAG, a partir do 1º Encontro dos Trabalhadores em Autogestão, em 1994, em São Paulo. Segundo Singer (2002a), “a ANTEAG surge não só para ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho e ao mesmo tempo pelo fim de sua subordinação ao capital, mas também para assessorar as novas empresas solidárias” (SINGER, 2002a, p.89).

A construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas. Suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim, não há como olvidar que dezenas de milhares de pessoas já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes

p.341). São características do socialismo utópico (pré-marxista), mais especificamente presentes em R. Owen, Saint-Simon e C. Fourier, tomar a esfera moral/ideológica como base determinante de todos os outros aspectos do comportamento humano e a consideração de que as teorias moral, religiosa e política (teorias, e não as práticas de classe ou de Estado) são o principal obstáculo à realização das recentes descobertas “leis da harmonia” e da coesão social (BOTTOMORE, 2001).

⁸ O debate da economia solidária apareceu primeiramente na França, a partir dos estudos dirigidos pelo sociólogo Jean Louis Laville. Segundo França e Laville (2004), “o termo ‘economia solidária’ é elaborado no início dos anos 1990 (...) visando dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno da proliferação de iniciativas e práticas sócio-econômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa” (FRANÇA, LAVILLE, 2004, p.109). Uma concepção dominante na França entende o desenvolvimento da economia solidária a partir da oferta de serviços sociais (creches, serviços culturais etc.), garantidos por relações de vizinhança. A dimensão da proximidade – bastante valorizada pelos defensores da economia solidária nesse país – possibilitou também a constituição de outras iniciativas, como as finanças solidárias, as redes de troca não-monetárias e o comércio justo. A economia solidária abrange, portanto, um vasto leque de atividades: a integração através do trabalho, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social, serviços sociais. Seu campo de atuação tem como base uma dimensão territorial restrita (as iniciativas locais).

⁹ Para uma análise sobre o conceito de autogestão, em especial, no interior do movimento da economia solidária, Cf. CARVALHO, K. L. *Autogestão – Do conceito alternativo à economia solidária em tempos de “fim das alternativas”*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo (SINGER, 2002a, p.127).

Uma questão central abordada por Singer se refere à transformação da economia solidária em um modo de produção intersticial, ou seja, “inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo”, mas, ainda assim, como uma forma abrangente de organização da economia e da sociedade, chegando a superar até mesmo a luta de classes. Demonstra a necessidade de que a economia solidária deve se agregar “num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que a desejarem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente” (SINGER, 2002, p.116). Partindo de sua defesa dos “implantes socialistas”, o autor afirma que “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (SINGER, 2002, p. 112).

Esses seriam, segundo o pensamento de Singer, os fundamentos para a constituição de um novo projeto de desenvolvimento. Nesse sentido, a economia solidária teria como importante tarefa, no interior do capitalismo, a de realizar um desenvolvimento humano, constituindo-se, assim, como uma alternativa superior ao capitalismo, como se pode perceber, *moralmente*.

Por meio da solidariedade, as organizações da economia solidária dispõem de qualidades *subjetivas* que representam vantagens – até mesmo para competição no mercado – em detrimento das empresas tipicamente capitalistas. As qualidades *subjetivas* de desenvolvimento humano através da auto-realização, autoconfiança e auto-segurança pessoais estão, na esfera coletiva, relacionadas a uma concepção de uma sociedade mais humana, baseadas em valores solidários de cooperação e ajuda mútua. Sem menosprezar tais elementos, pois são absolutamente essenciais para a construção de uma sociedade de novo tipo, cabe destacar que, em termos mais gerais, a ênfase apresentada por Singer representa, nas atuais condições políticas e econômicas vigentes, uma desconsideração do caráter intrinsecamente conflitivo da sociedade. Talvez por esse motivo, as análises de Singer não prevêem uma oposição mais direta ao sistema capitalista (no sentido do poder político e econômico), mas uma combinação de elementos morais mais “aceitáveis” a uma sociedade injusta e desigual.

Essa perspectiva é também desenvolvida por outros teóricos do campo da economia solidária, como o economista Marcos Arruda, com reconhecida atuação no campo da chamada “sócio-economia solidária”¹⁰. Para ele, a expressão sócio-economia solidária vem dar conta de aspectos mais abrangentes para melhor ressaltarem o grande objetivo da economia solidária, que se traduz em ser uma economia a serviço do ser humano, com uma maior valorização dos laços afetivos, de solidariedade e de amizade (ARRUDA, 2003). Entende-se aqui que tais formulações partem de um cariz voluntário para que as pessoas “vistam a camisa” da economia solidária.

Ainda de acordo com Singer, a economia solidária pode ser uma alternativa superior ao capitalismo, não prioritariamente em termos societários mais globais, mas por sua importância na criação de *novos valores no interior dos empreendimentos*. Apesar de Singer considerar que a economia solidária é um modo de produção – e distinto do capitalismo – o autor retoma os velhos critérios de eficiência capitalista. Considera que “para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela

¹⁰ Além do termo *economia solidária*, no país, há quem se refira a esse movimento como sócio-economia solidária, economia popular solidária, economia popular e solidária etc., visando valorizar certos aspectos para além da solidariedade.

terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista” (SINGER, 2002, p.121). Ainda nessa perspectiva, é o mercado o melhor distribuidor dos recursos sociais materiais, inclusive para a economia solidária. Isso porque, para ele, “no mercado não há qualquer poder outro que o dos participantes e competidores. O resultado da livre competição é a rigor imprevisível e está, em parte, sujeito ao acaso” (SINGER, 2000, p.34). Além disso, afirma que:

Um aspecto delicado é o da competição entre empresas socialistas. Esta não deveria existir, já que seria artificial criar uma oposição de interesses entre empresas socialistas. O ideal é que se formassem grandes cooperativas de consumidores – como houve muitas até meados do século – que pudessem se associar a um elevado número de cooperativas de produção. Em cada uma delas, a direção seria compartilhada por representantes de trabalhadores e consumidores, de modo que os interesses de ambos estivessem presentes nos planos econômicos a serem desenvolvidos. Isso tornaria a competição entre empresas desnecessária. (...) Isso permite recolocar a questão da regulação por mercado ou por órgão político representativo. O mercado socialista difere do capitalista porque não é matriz de acumulação de capital privado. (...) A função do mercado socialista é viabilizar a liberdade de iniciativa de pessoas ou grupos com novas ideias ou projetos (SINGER, 2000, p.46).

Em outro texto, o autor destaca também que “o mercado de trabalho é condição de liberdade humana e alguns mercados de bens e serviços me parecem igualmente essenciais, porque uma das liberdades interessantes é a de iniciativa” (SINGER, 1998a, p.114). Assim, admite que, através do mercado competitivo capitalista, a economia solidária pode se desenvolver e que esta é a única forma possível de se estabelecer uma democratização da organização da produção. Afirma também que o mercado propicia a preservação do direito individual de escolha, “porque a participação é voluntária na maior parte das vezes. Em caso de arrependimento, há sempre a possibilidade de abandonar a instituição” (SINGER, 2000, p.25).

É no mínimo curioso perceber que Singer ainda vê espaço para a liberdade humana no mercado capitalista, justamente em um momento em que se vivencia a ditadura dos mercados financeiros e das empresas multinacionais, apoiadas nos poderes econômicos e militares das grandes instituições capitalistas e de seus Estados. Trata-se de um momento em que o mercado vem mostrando seu caráter ainda mais perverso e quando as necessidades básicas são cada vez menos satisfeitas por um número crescente da humanidade. Entretanto, para além de todos os aspectos negativos que envolvem o mecanismo do mercado (capitalista e até “socialista”, como reivindica) que Singer não considera, o mercado não pode ser de tal modo naturalizado, pois se trata de uma forma específica do modo de produção capitalista, onde tem lugar o seu pleno desenvolvimento. Além disso, a suposta eficiência reguladora e neutralidade do mercado, aspectos positivos destacados por Singer, não parecem efetivas. Basta recordar os fracassos históricos, para o conjunto do movimento dos trabalhadores, das experiências de “economia socialista de mercado”¹¹.

Isso porque, para Singer, o socialismo não deve ser entendido um estágio de desenvolvimento em direção a um novo modo de produção – como é considerado na concepção clássica marxiana –, mas entende o socialismo como um incremento democrático ou de melhoria das condições de exploração, que se constrói no capitalismo sem ruptura ou transição. Em certa medida, os importantes elementos ideológicos presentes em seu pensamento – sua crítica às revoluções (denominadas por Singer como “políticas”) que

¹¹ Um exemplo é o caso emblemático do chamado “socialismo autogestionário” na ex-Iugoslávia, que combinou a autogestão através do sistema de “propriedade social” ao mercado.

ocorreram ao longo da história e sua defesa do mercado – estão relacionados a uma crítica mais ampla ao *planejamento*, sem distinção se este é burocrático ou democrático. Para Singer, as causas dos problemas das economias planificadas do chamado “socialismo real” tem como cerne o planejamento em si, e não a burocratização ocorrida no modelo político que tinha no stalinismo sua principal referência.

No pensamento de Singer, as relações no interior do mercado evoluem segundo uma dinâmica que lhe é própria, e é justamente essa falta de coordenação prévia que faz o mercado adquirir a anarquia necessária ao seu mais adequado funcionamento. Singer também não considera que, no mercado, não existe circulação de valor de uso, mas apenas a circulação de valor de troca. Por ser valor de troca, fecha-se o ciclo de produção de mercadorias, que é a base de todo modo de produção capitalista. Assim, Singer esquece que a sociedade capitalista, em sua totalidade, é cindida em torno de interesses irreduzíveis de classe. Não se trata de acreditar em sua existência, mas compreender que a luta de classes é decisiva, seja na determinação dos salários, seja no lucro do capitalista ou na implementação de políticas públicas como a economia solidária.

José Ricardo Tauile: a economia solidária como estratégia de desenvolvimento inspirada “nas virtudes do modelo japonês”

Outra importante concepção que vem se apresentando como referência no interior do movimento da economia solidária, que também foi desenvolvida no âmbito institucional¹², é a de José Ricardo Tauile. Em seu estudo *Do socialismo de mercado à economia solidária*, Tauile (2009) tem como objetivo discutir o espectro de possibilidades de sucesso da economia solidária num ambiente capitalista. Na seção intitulada “Uma inspiração nas virtudes do modelo japonês”, Tauile afirma que tal modelo pode servir de inspiração na busca de soluções para questões chave da economia brasileira, pois a experiência japonesa ofereceu ao capitalismo importantes alternativas de organização da produção. Afirma o autor que:

De qualquer modo, experiências mais cooperativas de relacionamento – as quais implicam, frequentemente, formas particulares de autogestão – apoiaram-se na lealdade e na credibilidade mútuas entre os agentes econômicos, sejam eles capital e trabalho ou capital e capital na mesma cadeia produtiva. Sem dúvida, estes foram os fatores decisivos para o sucesso da economia japonesa ao longo da segunda metade do século XX (TAUILE, 2009, p.292).

Considera também que, apoiada em uma organização sindical vinculada à empresa, a economia japonesa conseguiu “beneficiar-se do engajamento dos trabalhadores em busca do sucesso dos respectivos empreendimentos” (TAUILE, 2009, p.292).

Houve ao menos um rompimento de qualidade em relação às tendências prévias, presentes no capitalismo moderno, seja o de, mediante as sugestões dos trabalhadores para a melhoria de produtos e processos, os trabalhadores fabris voltarem a participar ativamente dos processos de concepção e de tomada de decisões ao longo da cadeia produtiva, especialmente no chão de fábrica. Uma empresa como a Toyota, no ano de 1982, recebeu de seus trabalhadores cerca de 1,9 milhão de sugestões, sendo utilizadas 95% delas, e dando uma média de quase 39 sugestões por trabalhador. (...) O engajamento dos trabalhadores também foi fundamental para o desenvolvimento e sucesso das técnicas de

¹² Através de estudos encomendados para o Ministério do Trabalho e Emprego, com a coordenação de Tauile.

produção enxuta como o just-in-time. A confiança depositada nos trabalhadores é fundamental para que esse tipo de sistema que trabalha com estoques praticamente nulos seja-bem sucedido (TAUILE, 2009, p.292).

Além dos argumentos apresentados, Tauile apresenta outro motivo para que a economia solidária “aprenda” com o modelo japonês: trata-se da atenuação realizada, por este modelo, do conflito explícito entre capital e trabalho. Afirma ainda que, a princípio, é neste aspecto que repousa a maior “virtude” do modelo japonês, pelo fato de estar apoiado na lealdade entre capital e trabalho numa mesma cadeia produtiva.

Por mais que existam argumentos mostrando as deficiências desse modelo e apontando um decorrente e expressivo aumento na taxa de exploração do trabalho, não são poucos os que consideram essa uma experiência alternativa de grande significância, dado que seria impensável no espírito conflitivo do capitalismo moderno alcançar níveis de cooperação entre os agentes econômicos (TAUILE, 2009, pp.292-93).

Assim, Tauile destaca que, precisamente por esse motivo, “é válido usar essa experiência como contraponto para se pensar nos caminhos viáveis para a experiência brasileira da economia solidária” (TAUILE, 2009, p.293). Pois, se no modelo japonês, a “credibilidade” foi forjada entre “empreendedores e empregados”, na busca de “objetivos tornados mais ou menos comuns”, nas experiências de autogestão da economia solidária, o antagonismo de classe também ficaria esmaecido, pois os trabalhadores são seus próprios patrões (TAUILE, 2009). Entretanto, Tauile ressalta que um problema se refere justamente à dificuldade dos trabalhadores se sentirem proprietários, patrões de si mesmos.

No entanto, quero crer que, se devidamente articuladas, as experiências de autogestão podem também sinalizar para ganhos extraordinários, provenientes das formas de relacionamento apoiadas na credibilidade dos agentes (*relation-specific skills and procedures*), e especificamente oriundos das economias de rede. Neste espírito, não seria também possível falar de “economias de solidariedade”? (TAUILE, 2009, p.293).

Assim, seria com base em “economias de solidariedade”, partindo dos benefícios de uma atuação conjunta e coletiva, que as empresas de autogestão da economia solidária podem se tornar economicamente viáveis e mais eficazes para sobreviver e ter sucesso nos mercados capitalistas. Em outras palavras, considera que os empreendimentos solidários, baseados em princípios autogestionários, agregam, na atualidade, um importante elemento de competitividade para sua inserção no capitalismo contemporâneo, a partir de suas organizações com base no trabalho coletivo e na motivação dos agentes.

Nele [no modelo japonês], busca-se recuperar a motivação e a participação, devolvendo ao trabalhador, em certo sentido, uma parte do conhecimento sobre a produção que lhe vinha sendo expropriado desde o início do capitalismo produtivo – e moderno (TAUILE, 2009, p.314).

Cabe lembrar que, para o autor, a autogestão apesar de não ser uma ideia nova, deve ser vista hoje como a radicalização do processo inaugurado pelo toyotismo, que consiste em devolver ao trabalhador o saber produtivo que lhe foi expropriado ao longo da história

(TAUILE, 2009). Ou seja, a autogestão representaria, nos dias de hoje, uma radicalização do toyotismo.

A interseção entre a economia solidária e o toyotismo, realizada de forma paradigmática por Tauile, permite afirmar que, ao lado da recuperação das teorias do socialismo utópico, outro elemento reivindicado é a inserção direta do debate da economia solidária no interior do modo de produção capitalista. Ou seja, relacionando a economia solidária às atuais exigências do processo produtivo e de gestão do trabalho pelo capitalismo. Entretanto, a análise realizada por Tauile merece alguns desdobramentos.

A difusão do termo “participação” esteve relacionada à emergência, já no pós Segunda Guerra Mundial, de novos processos produtivos, no seio do modo de produção capitalista, que foram adotados e mais ou menos consolidados em finais dos anos 1970. Segundo Antunes (1995), um conjunto de experimentos, baseados na flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade e adequação da produção à lógica do mercado, foi referenciado em modelos de “gestão participativa”. Como ficou conhecido, o toyotismo “diminui ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias” (ANTUNES, 1995, p.16). A partir das exigências mais individualizadas de mercado, em melhor tempo e qualidade, a produção se sustenta num processo produtivo flexível, que permite o trabalhador operar com várias máquinas. Trata-se da chamada polivalência, o que não significa uma maior qualificação para o trabalho, mas uma intensificação da exploração do trabalho:

A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e “envolvimento” da força de trabalho, como os Círculos Controle de Qualidade (CCQ), experimentados no Japão – em realidade uma apropriação do fazer e saber do trabalho, sob o comando manipulatório do capital dos nossos dias, levando o estranhamento do trabalho (no sentido marxiano) ao seu limite (...). É nesta contextualidade adversa que se desenvolve o sindicalismo de participação em substituição ao sindicalismo de classe. Participar de tudo..., desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, elementos básicos do complexo movente do capital (ANTUNES, 1995, pp.147-48).

Um autor que desenvolveu uma importante análise sobre a apropriação da autogestão pelas organizações do modo de produção capitalista foi Ernest Mandel. Para Mandel, a partir da Terceira Revolução Industrial e das exigências de novas técnicas baseadas nas “relações humanas” e na “delegação de poderes”, as relações hierárquicas entre os que comandam e os que permanecem explorados não são superadas. A introdução dessas novas técnicas foi, segundo o autor, o resultado de uma crise de autoridade nas empresas, a partir das próprias pressões do movimento dos trabalhadores contra o despotismo da fábrica. Assim, uma das formas de amenizar o conflito foi delegar alguma “participação” aos trabalhadores. Mas, convém destacar: longe de ter como objetivo delegar poderes no âmbito da empresa, essa prática tinha como principal objetivo manter o funcionamento da própria empresa, garantindo a acumulação capitalista e silenciando os trabalhadores através da manipulação ideológica. Como afirma Mandel, longe de representar um passo para a conquista das fábricas, o sentido real da participação é a integração dos trabalhadores aos aparelhos do sistema capitalista (MANDEL, 1973).

Alguns comentários a respeito das teses apresentadas

Cabe destacar que o projeto da economia solidária, de uma forma mais ampla, emerge do conjunto das transformações societárias que se desenvolveram a partir da crise capitalista dos anos 1970. Foi o trabalho um importante alvo relacionado a esta série de transformações. A garantia de emprego, através da retórica do “pleno-emprego”, foi substituída pela retórica do “emprego flexível” que, por trás da aparente flexibilidade e autonomia, mascara a hegemonização de formas cada vez mais precarizadas: o trabalho temporário, a terceirização, o trabalho em tempo parcial, o trabalho informal que, na realidade, reduzem e até mesmo suprimem garantias e direitos em lei sob o pretexto de reduzir custos ou ainda, como forma de reduzir a massa de desempregados, que cresce em níveis alarmantes.

A precarização e a “informalização” das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado (aumento das jornadas de trabalho, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi-escravo ou escravo) e ao final do século XX, ao cabo de vinte anos de ofensiva do capital, a massa trabalhadora não padece apenas nas periferias – também nos países centrais a lei geral da acumulação capitalista mostra o seu efeito implacável (NETTO; BRAZ, 2008, pp.220-21).

Mediante o desmonte do modelo fordista-taylorista e das políticas keynesianas relacionadas ao emprego (que garantiam estabilidade de carreira, qualificação profissional, aposentadoria, seguridade social, regulamentação do contrato de trabalho, dentre outros), os anos 1990 no Brasil foram marcados pela ampliação das formas de trabalho a partir da estruturação de uma nova modalidade de desemprego – que tomou dimensões estruturais inéditas. Em alguns casos, novas formas de trabalho foram engendradas com o objetivo de assegurar a sobrevivência, e mesclaram a continuidade do trabalho assalariado no país (que não chegou a ser superado) com formas informais e “autônomas” do chamado *subemprego*.

Nesse contexto, Rosângela Barbosa (2007) sinaliza a emergência de uma *cultura do auto-emprego*, que envolve a desobrigação do Estado na oferta de empregos¹³, a fragilização dos sindicatos e a reatualização da filantropia e do voluntarismo por meio da emergência das organizações não-governamentais. Segundo a autora, foi com a criação de uma secretaria – no âmbito do Ministério do Trabalho – para a economia solidária (a SENAES), que se apontou “formalmente para a reconceitualização da informalidade, como novo aparato institucional de investimentos públicos na área e interface com a sociedade sobre o fomento do trabalho *em unidades coletivas autogestionadas*” (Barbosa, 2007, pp.22-3).

Assim, o nascimento da economia solidária – apesar de seu caráter bastante heterogêneo – esteve calcado no seguinte pressuposto: em face às desigualdades sociais, é possível produzir e vender produtos para além do circuito do mercado (capitalista), pois a sociedade atual é plural e permite a convivência de modelos econômicos (e políticos) diversos. É partindo desta perspectiva que Paul Singer, a maior referência da economia solidária no país e atual secretário da SENAES, consolidou um arcabouço teórico em consonância ao projeto inaugurado pelo governo Lula: o de realizar a até então difícil conciliação, entre movimentos sociais identificados com as lutas populares e um Estado de matriz neoliberal a priori avesso a tais reivindicações.

Uma primeira observação, para o encaminhamento da discussão deste tema, é o reconhecimento de que o termo “economia solidária” carrega um amplo sentido ideológico. Atualmente, no país, diversos pesquisadores do tema, organizações não-governamentais e

¹³ Ainda que conte com sua participação decisiva no apoio e promoção desta cultura do auto-emprego, segundo Barbosa (2007).

militantes do setor disputam significados, assim como a própria SENAES, que tem formulada uma concepção “legal” acerca da economia solidária.

Essa dificuldade referente a uma demarcação mais precisa traz consigo uma segunda observação. Nos dias de hoje, com sua difusão progressiva, a economia solidária vem representando uma espécie de “fetiche”, que advém tanto de seu uso indiscriminado, quanto da suposta amplitude de sua abrangência para experiências extremamente frágeis, em que está ausente até mesmo o princípio elementar da solidariedade. Entretanto, tais questões serão, neste estudo, deixadas de lado, e será tomado como pressuposto a existência da economia solidária como movimento que mantém estreita relação com a institucionalidade – tanto por ser compreendido no modelo governamental do Brasil de hoje (inaugurado pelo presidente Lula), quanto por estar inserida na legalidade da economia capitalista.

Uma terceira consideração refere-se ao fato de que deve ser reconhecida a existência de formas de trabalho baseadas em experiências coletivas populares que, entretanto, não podem ser rotuladas como economia solidária. Para além de uma discussão apenas semântica, utilizar a expressão “trabalho associado” para experiências que fogem desse escopo ideológico significa escapar das “armadilhas” ideológicas da própria economia solidária¹⁴.

A partir da década de 1980 até os dias atuais, a precarização das relações de trabalho, evidenciada em grande parte pelo alargamento da informalidade do trabalho, configurou uma realidade de perdas, precarização e insegurança da existência ainda maior para os trabalhadores. Em alguns casos, essa situação de vulnerabilidade veio acompanhada, por parte dos mesmos, da tentativa de criação de alternativas ao desemprego que tinham como objetivo assegurar a existência. O modo de produção capitalista, que sempre criou meios de se apropriar de formas que fossem, em princípio, alternativas ao capital, também se apropriou de muitas destas tentativas de garantir a segurança da existência, subsumindo-as à lógica global de produção de mercadorias (acompanhado de mais-valia e lucro), tornando-as mais uma forma de trabalho precarizado e de baixo custo inserido no modo de produção capitalista.

¹⁴ Em outras palavras, não se pode ignorar a existência de movimentos que têm como base o trabalho associado, mas, ainda que não se insiram na lógica da economia solidária, também se encontram no dilema de sua inserção inevitável no mercado capitalista – ainda que sua relação tanto política como econômica acerca desse dilema seja também variável, podendo ir desde a plena integração ao capital até a mobilização e resistência ao mesmo. Assim, experiências de trabalho como cooperativas, fábricas recuperadas, associações de produtores etc., sobretudo quando ultrapassam determinada magnitude, não podem ser tomadas a priori – ressalva, inclusive, feita por K. Marx. O que define tais experiências como algo diferente de simples mecanismo de parte da lógica da acumulação capitalista é justamente seu referencial ideológico e sua inserção em um movimento político anticapitalista mais amplo. Pois, se o capitalismo, no início, precisou negar todas as formas não industriais de produção, hoje, ao contrário, necessita se apropriar de tais formas não industriais, como o trabalho escravo, doméstico, cooperativo... Ainda assim, formas com um viés anticapitalista ainda dependem, estando no interior da sociedade capitalista, do mercado capitalista e, mais ainda, quanto maior a magnitude produtiva, maior a sua inserção no mercado. Assim, apesar de participarem do circuito da acumulação capitalista e, com isso, da divisão social do trabalho, da extração de mais-valia, da alienação da mercadoria etc., o determinante nesse processo é, ainda que nas atuais condições adversas, a consciência de classe e a capacidade de mobilização dos trabalhadores. Não atentar para as especificidades e potencialidades das experiências, significa cair numa espécie de “fetichismo” da economia solidária, lógica em que incorrem tanto os adeptos da economia solidária, quanto aqueles que pretendem refutá-la “pela esquerda”. Especificamente neste último caso, alguns pesquisadores, equivocadamente, identificam o trabalho associado – como instrumento histórico de luta e resistência dos trabalhadores – com a economia solidária. Tal concepção tem inevitavelmente como consequência uma espécie de fetichização do alcance que a economia solidária tem nos dias atuais, tratando quaisquer iniciativas de trabalho associado, independente de sua prática social bem como sua matriz ideológica, como “economia solidária”. Sobretudo porque a economia solidária se trata mais de uma modalidade de política social impulsionada pela SENAES e por movimentos simpáticos ao governo Lula (e, em continuidade, ao governo Dilma Rousseff), de caráter fundamentalmente ideológico, do que de experiências concretas com uma base social expressiva.

Por outro lado, há concepções que, vislumbrando esta realidade, enxergam equivocadamente, ao invés de precarização e insegurança da existência, formas diversas de opções para os trabalhadores se inserirem em um mercado que oferece alternativas mais “flexíveis” e dinâmicas de trabalho – polivalência, práticas participativas etc. Já outras perspectivas, dentre as quais se encontra boa parte da teoria em torno da economia solidária, vêem diversas formas de iniciativas alternativas como uma resposta à insegurança da existência e mesmo à precarização. Embora algumas destas perspectivas apostem que tais iniciativas representam e devam representar uma alternativa ao modelo capitalista, acreditam também que os “modelos alternativos” devem ser compatíveis com o modo de produção capitalista, seja por estarem inseridos neste, seja por conviverem com o mesmo. Isto porque segundo esta concepção, que tem como maior representante Paul Singer, a economia de mercado (“socialista”) seria a possibilidade última realizável historicamente.

Uma importante associação entre as concepções de Singer e Tauile é apresentada por Boaventura de Sousa Santos. Para esse autor, a economia solidária deve se apresentar como um projeto ao mesmo tempo emancipatório e viável. Mais especialmente, para Santos (2002), hoje, a economia solidária encontra melhores condições para sua realização.

Já que as cooperativas de trabalhadores facilitam (de fato, requerem) a participação ativa dos trabalhadores-proprietários, são normalmente pequenas e tem uma vocação de integração com outras cooperativas e outras instituições da comunidade onde estão localizadas, podem ser, de fato, “protótipos da especialização flexível de que falam Piore e Sabel” (SANTOS, 2002, p.36).

Percebemos, então, que tanto a recuperação do chamado socialismo utópico quanto a utilização da cooperativa pelo capital para fins da acumulação constituem dois mecanismos que acabam retirando da cena política qualquer elemento de superação da ordem do capital. O primeiro, por ignorar a gênese do funcionamento real da sociedade, e o segundo, por inserir esse processo – originalmente, fruto do movimento dos trabalhadores – na lógica da mais-valia e do lucro. Além disso, consistem em importantes mecanismos de persuasão ideológica, com a potencialidade de provocarem consentimento e adesão por parte dos trabalhadores.

Em grande medida, a difusão da economia solidária está relacionada a um rebaixamento teórico do conceito de autogestão, no campo da teoria social a partir dos anos 1970. Se antes a temática da autogestão esteve relacionada a processos revolucionários significativos, como um modelo de organização da sociedade em clara oposição ao capitalismo, a partir da referida década, tem-se início um processo de recuperação do modelo mutualista de Proudhon e das demais concepções acerca da “democracia industrial”, como fundamentos basilares da teoria da autogestão. De certo modo, essas leituras estiveram relacionadas ao esgotamento do modelo stalinista da “ditadura do proletariado” como estágio para a consolidação do comunismo. O fracasso desse modelo justificou a consolidação de alternativas para a exploração e espoliação capitalistas para além do socialismo de Marx e Engels e do legado teórico-político de marxistas posteriores. Com base nesses marcos, teve início o processo de reatualização do socialismo utópico que, em nome de palavras de ordem como “desburocratização”, “autonomia” e “solidariedade”, acabaram renunciando a batalha ideológica e política pela construção de um novo projeto societário, que se contrapusesse ao modo de produção capitalista.

Conforme já foi analisado, uma importante geração de teóricos se consolidou nesse momento, baseados nas concepções de Proudhon, Owen, Blanc, Fourier (e anarquistas, como Bakunin), desenvolvendo uma ampla literatura sobre a autogestão. Na maioria desses trabalhos, Proudhon ocupa um lugar privilegiado, considerado por muitos autores como o “pai

da autogestão” (MOTTA, 1981). Ainda assim, cabe destacar que as formulações desse período (em especial, a década de 1970) combinam elementos de matizes teóricos e ideológicos bastante ecléticos – característica que persiste ainda hoje nas formulações dos adeptos da economia solidária¹⁵.

Alguns elementos nos permitem aproximar o socialismo utópico à economia solidária. Um exemplo é a relação que estabelecem com a esfera moral e ideológica, tomando-a como a base determinante sobre todos os outros aspectos da vida social. De acordo com a leitura de Motta (1981), em Proudhon, a organização coletiva do trabalho cria uma solidariedade de fato entre todos os trabalhadores, o que, por outro lado, aumenta a produtividade (as riquezas) e especializa as atribuições. O trabalhador coletivo (a sociedade econômica, a sociedade trabalhadora) e o trabalhador individual formariam um todo solidário e indissolúvel. Eles engendram-se mutuamente e estão submetidos às mesmas leis do trabalho. Do mesmo modo, a lei do funcionamento e da organização da sociedade deduz-se mutuamente: a lei da função, tendo por base a especialização, está relacionada à competição, enquanto a lei da organização tem por base o equilíbrio através dos elementos solidários que a constitui. Assim, a sociologia econômica de Proudhon estaria relacionada ao desenvolvimento simultâneo entre a personalidade individual e a personalidade coletiva: o homem é tão mais livre quanto mais relacionamentos este tiver em sociedade.

Ainda de acordo com Motta (1981), foi Proudhon quem concebeu, pela primeira vez, a ideia de um conjunto social de grupos autônomos, associados tanto nas funções econômicas de produção quanto nas funções políticas. A sociedade autogestionária seria a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias de grupos se auto-administrando, cuja vida exige coordenação e não hierarquização.

A proposta teórica de Proudhon, produzida no século passado [XIX], é, porém, apenas um marco sobre o qual se pode imaginar as condições efetivas de autogestão, bem como as formas que ela poderá assumir em sociedades contemporâneas (MOTTA, 1981, p.167).

Os elementos destacados por Motta (1981) sobre o pensamento teórico e político de Proudhon são comumente referenciados pelos ideólogos da economia solidária, em especial por Singer (1998, 1998a, 2000, 2002, 2002a).

Outra acepção presente na economia solidária é aquela que assume o papel que esta deve cumprir, de forma ainda mais direta, nos marcos do modo de produção capitalista. Em outras palavras, trata-se de uma vertente que relaciona a economia solidária às teorias participacionistas vinculadas ao toyotismo (TAUILE, 2009). Trata-se de uma adequação dos pressupostos autogestionários – em especial, valores defendidos pela vertente utópica – às atuais exigências do processo produtivo e de gestão do trabalho pelo capitalismo. Tauile (2009), em especial, busca demonstrar os ganhos de produtividade em empresas autogeridas em relação às empresas capitalistas tradicionais e as vantagens (lucrativas) em conferir mecanismos de participação aos trabalhadores.

Assim, de modo geral, podemos compreender que a noção de desenvolvimento presente no interior do movimento da economia solidária se caracteriza pela combinação da recuperação histórica de dois elementos: o *socialismo utópico* de Proudhon, Owen, dentre outros, contextualizado às novas *tecnologias de gestão do trabalho a partir da reestruturação produtiva* de finais do século XX, ou seja, momento de crise do capital e de novas manifestações da relação entre capital e trabalho.

¹⁵ Cf.: SINGER, 1998, 1998a, 2000, 2002, 2002a; TAUILE, 2009.

Não se trata, todavia, de afirmar que a economia solidária se configura como um projeto “plenamente” oriundo das fileiras das classes dominantes, pois, dentre outros motivos, denuncia o desastre ético do capitalismo como um modo de produção baseado na exploração do homem pelo homem e pela destruição da natureza. Entretanto, sua quase total inserção no atual processo de colonização ideológica faz da economia solidária um projeto compatível ao discurso e prática neoliberal dominantes. Longe de ser um espaço de desenvolvimento de pensamentos e políticas contestatórias, é um projeto inócuo do ponto de vista da batalha ideológica para o campo da esquerda. No entanto, para o capital, a economia solidária apresenta aspectos que podem ser bastante promissores.

Primeiramente, convém lembrar que contribui para a consolidação de uma precarização do trabalho, através da exaltação da cultura do auto-emprego (BARBOSA, 2007). Esse processo envolve a desobrigação do Estado na oferta de empregos, o incentivo às atividades informais que reduzem os custos do capital com o trabalho, a incorporação de distintas práticas de trabalho até então consideradas não propriamente capitalistas, por meio de uma diversidade de contratação da mão de obra. Ou seja, a forma do trabalho assalariado amparado por meio da legislação trabalhista, de onde são previstos os direitos sociais, vem sendo substituída por contratos e formas de emprego cada vez mais precarizados (como os trabalhos temporários, a subcontratação de mão-de-obra e a chamada “terceirização”, a informalidade em geral e, de certa forma, o cooperativismo, em especial as cooperativas de trabalho). Esse processo de precarização geral do trabalho se relaciona ao fato de que o capital dispõe da tão enaltecida “flexibilidade”. Contratos de trabalho e modalidades de emprego mais flexíveis permitem aos capitalistas uma ampla gama de opções: facilidade de contratar, demitir, subtrair ou anular direitos. Enquanto isso, por parte do trabalhador, a “flexibilidade” não garante opções mais “dinâmicas” de inserção no mercado de trabalho, mas significa um enrijecimento de sua condição por meio do aumento da exploração e vulnerabilidade social.

Em segundo lugar, está presente na economia solidária um forte componente ideológico. Ao se apresentar como uma alternativa, capaz de superar a alienação capitalista e até mesmo a exploração social, a economia solidária se apresenta como uma política pública (mas também como movimento, identificado a diversos movimentos sociais) que promove uma manipulação ideológica como forma de garantir consentimento e contenção social. Tão importante quanto o primeiro aspecto, este segundo componente é o que torna o cumprimento da funcionalidade da economia solidária ao capital mais suave e que “dialoga”, de uma forma mais humana, com as necessidades dos mais pobres dentre todos os trabalhadores. A economia solidária canaliza esforços de seus sujeitos sociais para a superação das contradições da sociedade atual, para a superação da miséria e para a construção de um mundo diferente, mas, em torno de um projeto que, na realidade, está em plena consonância à estrutura societária contemporânea. Os valores humanistas e morais envolvidos seduzem a tal ponto que a crítica da realidade na qual está inserido o projeto da economia solidária é plenamente prejudicada. Dessa forma, prejudicar a análise crítica da realidade significa comprometer também uma leitura adequada sobre o significado deste projeto, concebido no interior do capitalismo e que só tem sentido se inserido nesta realidade.

Considerações finais

Conforme apresentado, a ideia de uma economia solidária está atravessada por uma concepção, de cunho fortemente ideológico, que envolve elementos contraditórios e ambíguos. Entretanto, essas características também estão presentes na gênese do movimento da economia solidária como um todo. No geral, a economia solidária tem como referência um novo projeto, calcado nos desdobramentos de um engajamento cidadão e militante, que se

referencia, em geral, em certos princípios presentes em programas socialistas do século XX. Estes princípios são combinados com um ideal de “sociedade democrática”, que prioriza a intervenção política das organizações não-governamentais, os modelos de políticas sociais focalizadas com base em “projetos” e a redução das funções estatais que respondem à satisfação dos direitos sociais.

Busquei demonstrar que a economia solidária tem como eixo estruturante a valorização da dimensão das identidades humanas, deslocadas das condições socioeconômicas predominantes, de modo que suas práticas não demonstram um projeto de sociabilidade diferenciado das relações sociais capitalistas. Desta maneira, não estão voltados para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica. Além de sua limitação no campo teórico e ideológico, esse movimento é intrínseco às políticas macroeconômicas do capitalismo contemporâneo, que envolvem o incentivo ao empreendedorismo e a perda de direitos historicamente conquistados. Por outro lado, vem também servindo como uma importante política de manipulação ideológica.

A ideia de que as experiências de economia solidária, por constituírem novas relações sociais em contraposição às práticas econômicas e morais do capitalismo, podem formar, potencialmente, um microcosmo de implantes socialistas consiste na perspectiva mais “progressista” dentre as mais diversas visões presentes no interior desse movimento. Isso significa que embora existam discursos em disputa – que pretendem transformar ou conservar as relações capitalistas –, a economia solidária, em sua relação com uma totalidade mais abrangente, é um movimento que não apresenta alternativas reais frente à disputa entre projetos societários, para além do capitalismo.

Isso porque, ainda que, em certos casos, as práticas da economia solidária estejam voltadas para a sobrevivência – além de corroborarem com atividades informais que reduzem os custos do capital com o trabalho –, esse movimento não está dissociado do movimento mais geral do capital que, nas décadas recentes, vem apresentando a peculiaridade de mesclar de forma heterogênea, práticas distintas de trabalho até então consideradas não propriamente capitalistas. Outro movimento desse mesmo processo é a diversidade de contratação da mão de obra. O trabalho assalariado, amparado pela legislação trabalhista, vem sendo substituído por contratos precarizados (temporários, subcontratação, “terceirização”, informalidade e, de certa forma, o cooperativismo), processo que vem ocorrendo de acordo com as necessidades do capital. Assim, quando se fala de “flexibilidade”, “autonomia”, cabe destacar que esta está presente somente para o capital (em sua facilidade de contratar, demitir, subtrair ou anular direitos), pois, para o trabalhador, sua condição vem sendo cada vez mais enrijecida pela intensificação da exploração e vulnerabilidade social.

A hipótese trabalhada considerou que a economia solidária não se trata de um movimento descolado das atuais condições de dominação político-ideológica. Dada a complexidade que envolve esse movimento, com seus diferentes projetos políticos em questão, ecletismo teórico, dentre outros – cuja análise pretende-se realizar neste capítulo – podemos rejeitar duas leituras simplistas: a que vê na economia solidária a possibilidade de transformação social e a conformação de um movimento anticapitalista e, por outro lado, a que considera a economia solidária um movimento engendrado pelo capital e colocado ao seu serviço simplesmente como mecanismo de contenção social. Em uma primeira análise, a segunda leitura parece ser a mais correta. Concordamos que o projeto identificado como economia solidária é funcional à acumulação capitalista, mas consideramos que existem outras determinações neste movimento que são fundamentais para uma compreensão mais profunda do que seja a economia solidária. Desse modo, o objetivo aqui proposto consistiu em desvelar as demais determinações a fim de realizar uma compreensão da totalidade do fenômeno aqui abordado.

A partir da leitura de Singer e Tauile, importantes referências para o movimento da economia solidária, pudemos perceber que um discurso comum a estes dois autores se relaciona a uma noção de desenvolvimento que, embora não seja contraditório ao modelo de acumulação capitalista, possui a peculiaridade de exercer essa funcionalidade por meio de uma retórica humanista e, até mesmo, com valores identificados *de esquerda* e anticapitalista.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ARRUDA, M. Sócio-economia Solidária. In: CATTANI, Antonio. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

BARBOSA, R. N. C. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FRANÇA, G.; LAVILLE, J. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

MANDEL, E. Introdução. In: MANDEL, E. *Contrôle ouvrier, conseils ouvriers, autogestion*. Paris: François Maspero, V.1. 1973.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária – Fórum Brasileiro de Economia Solidária - Grupo de trabalho de Formação em Economia Solidária. *Relatório Final da II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária*. Brasília: 2007.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. Brasília: 2008.

MOTTA, F. *Burocracia e Autogestão* (a proposta de Proudhon). São Paulo: Brasiliense, 1981.

NETTO, J. P., BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. SANTOS, B. S. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. Economia Socialista. In: SINGER, P.; MACHADO, J. *Economia Socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo. HADDAD, F. (org.). *Desorganizando o consenso – nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998a.

_____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TAUILE, J. R. *Trabalho, autogestão e desenvolvimento*. In: *Escritos escolhidos 1981-2005*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.